



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COORDENAÇÃO DE PESQUISA

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIBIC

**RIQUEZA E ESCRAVIDÃO EM SERGIPE DEL REI: TRABALHO E
PATRIMÔNIO DURANTE A ASCENSÃO DA LAVOURA AÇUCAREIRA**

Área do conhecimento: História

Subárea do conhecimento: História do Brasil

Especialidade do conhecimento: Economia e sociedade escravista

Relatório Final
agosto de 2017 a julho de 2018

Este projeto foi desenvolvido com bolsa de iniciação científica

PIBIC/COPES

Orientador: Carlos de Oliveira Malaquias

Autora: Ana Cláudia Pereira

1. Introdução	1
2. Objetivos	2
3. Metodologia	3
4. Resultados e Discussões	7
4.1. Testando a consistência dos dados.....	7
4.2 A estrutura econômica e a evolução da riqueza.....	10
4.3. Faixas de fortuna e concentração de riqueza	17
4.4. Distribuição regional da riqueza	29
5. Conclusões	35
6. Perspectivas.....	36
7. Referências.....	36
8. Outras atividades	39

1. Introdução

A passagem do século XVIII para o XIX é marcada em Sergipe por uma mudança no perfil socioeconômico da região. As atividades voltadas para o abastecimento alimentar e a pecuária, que por dois séculos, XVII e XVIII, foram carro-chefe do movimento de consolidação da presença portuguesa em solo sergipano, deram lugar, no alvorecer do Oitocentos, à lavoura de cana-de-açúcar. Passada a febre da mineração e com conjuntura internacional favorável, o cultivo de plantas tropicais para venda no mercado europeu recebeu novo impulso, o que possibilitou, além da recuperação das tradicionais áreas canavieiras, como Bahia e Pernambuco, a expansão para regiões até então com produções modestas, entre as quais Alagoas, Paraíba, Sergipe, Rio de Janeiro e São Paulo. De menos de uma centena e meia de engenhos em 1798, Sergipe passou a contar em 1823 com 347 e no início da década de 1840 com mais de 600. A capitania experienciava, então, uma prosperidade tal que alguns historiadores creditam ao crescimento econômico alcançado pelo comércio de açúcar – feito, até então, através do porto da Bahia – parte dos esforços por sua autonomia política, confirmada em 1823 (ALMEIDA, 2013, p. 97).

Desse processo, porém, permanecem desconhecidos alguns aspectos. O impacto do avanço da cana de açúcar sobre as já seculares culturas de subsistência e a criação de gado, por exemplo, é uma problemática não discutida pela ampla historiografia que se dedica ao fenômeno. Na medida em que eram artigos essenciais à administração colonial portuguesa, sua carência preocupava as autoridades. A farinha de mandioca produzida em Sergipe e comercializada em sua grande maioria com a Bahia, por exemplo, constituía-se em item principal do abastecimento de suas cidades e engenhos, inclusive da sede administrativa da colônia, Salvador. Relatos de época evidenciam a preocupação de que a expansão da cana pudesse reduzir seu fabrico (BARICKMAN, 2003, p. 90). Ao mesmo tempo, o grande número de ordens que obrigavam os senhores de engenhos e plantadores de cana a cultivar um número correspondente de covas de mandioca por cada escravo empregado, intentava tornar os engenhos e fazendas autossuficientes – o que é uma boa indicação de que não o eram – e deixar a produção dos roceiros de mandioca exclusivamente endereçada às cidades (BARICKMAN, 2003, p. 105).

Outra questão que se coloca, é a da origem dos investimentos. As professoras Maria da Glória de Santana Almeida (1993) e Thetis Nunes (1989) acreditam que eles vieram do Recôncavo da Bahia, onde as terras secularmente ocupadas não mais ofereciam oportunidades de avanço, o que teria deslocado a fronteira agrícola para Sergipe, onde havia solos adequados ocupados com culturas menos lucrativas. Mas terras somente não eram suficientes à empresa açucareira. Qual a procedência dos capitais empregados na compra de escravos e demais equipamentos tão necessários e onerosos? Josué Modesto dos Passos Sobrinho conjecturou um cenário: para o autor, esse novo “boom” do açúcar brasileiro teria valorizado as terras dos agricultores sergipanos, que as venderam e usaram parte do capital adquirido na montagem dos engenhos, tendo a agroindústria açucareira, destarte, um financiamento endógeno (2000, p. 70). No entanto, esses sistemas explicativos são apenas hipóteses – ainda que bastante verossímeis – carentes de estudos empíricos que as comprovem.

O projeto “Riqueza e Escravidão em Sergipe Del Rei: trabalho e patrimônio durante a ascensão da lavoura açucareira” propõe a pesquisa da economia sergipana na primeira metade do século XIX para aclarar essas problemáticas. O recorte temporal justifica-se pela conjuntura da gênese do capital açucareiro e o espacial, englobando todo o território, pela faculdade de mapear os relacionamentos das diferentes atividades produtivas. Ambas as questões sendo bem atendidas pelo levantamento e escrutínio das fontes sugeridas e consultadas: os inventários *post-mortem*. No âmbito deste trabalho, perscrutaram-se as relações econômicas de Sergipe de 1800 a 1840, subdividindo este período em dois, sendo o marco a Independência do Brasil. Ela constituiu-se na segunda etapa do projeto e foi desenvolvida entre agosto de 2017 e julho de 2018.

2. Objetivos

É objetivo geral do projeto “Riqueza e Escravidão em Sergipe del Rei: trabalho e patrimônio durante a ascensão da lavoura açucareira” traçar um panorama da composição e distribuição da riqueza em Sergipe durante o século XIX, como também avaliar as características da força de trabalho empregada nas atividades econômicas da região. Em

ambos os casos, ligando o movimento socioeconômico local aos ritmos dos mercados mundiais, em expansão no final dos setecentos. Para tal, objetivou-se, no âmbito desta pesquisa:

1) levantar nos inventários *post-mortem* do recorte estabelecido a composição dos patrimônios, discriminando valor e características dos bens de produção (engenhos, casas de farinha, terras de cultivo ou criação etc), dos imóveis, das ferramentas, da produção agrícola e pecuária, das dívidas, dos dotes e da herança legada aos descendentes;

2) produzir e alimentar um banco com os dados obtidos;

3) analisar a composição, evolução e distribuição da riqueza, bem como sua variação entre as distintas regiões da capitania.

3. Metodologia

A metodologia deste trabalho consistiu no (1) exame e discussão de obras historiográficas, (2) leitura paleográfica e transcrição de processos de inventário *post-mortem*, (3) alimentação de um banco de dados com as informações coletadas, (4) processamento e tabulação em softwares estatísticos e sistemas de informação geográfica, o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) e o *Arc Geographic Information System* (ArcGis), (5) análise dos resultados – *per si* e de forma comparada – e, finalmente, (6) síntese historiográfica.

Os inventários *post-mortem* são uma fonte rica de dados sobre a economia na América Portuguesa. Herança do período colonial, no início do Império ainda recorria-se a ele em quatro circunstâncias: quando o proprietário falecia fora de sua freguesia, quando uma progênie não forçada tomava parte, quando não havia herdeiros presumidos ou quando eles eram menores. Por ser a última situação a mais frequente, essa documentação ficava sob autoridade do juizado de órfãos, instituição jurídica com origem em Portugal, que tinha por competência regulamentar a governança dos menores¹ e de seus respectivos bens.

¹As Ordenações Filipinas, código jurídico do Império Luso a partir de 1580, estabelecia como menor os indivíduos com idade inferior a 25 anos. Somente em 1831, nove anos depois da independência, o Brasil definiu como limite do pátrio poder sobre os filhos os 21 anos de idade.

Em tais processos, havia uma descrição minuciosa dos itens que compunham as posses do falecido. Logo, encontramos nos processos de inventário, uma listagem completa e com avaliação individual dos bens de produção (terras, ferramentas, engenhos, escravos, etc.), dos resultados da produção (roças, canaviais, rebanho, etc.), dos bens pessoais (joias, roupas, etc.), dos imóveis e de tudo mais que integrava o patrimônio do falecido. Algo que merece especial atenção, é que essa documentação arrolava ainda as dívidas que eram devidas ao proprietário (dívidas ativas) e as que ele devia (dívidas passivas), o que se constitui em uma rara janela para o estudo das relações financeiras desses agentes econômicos, bem como das formas de investimento e participação no mercado.

Diversos autores fizeram uso dessa documentação em suas obras. Sendo assim, a primeira etapa desta pesquisa consistiu no exame e discussão de alguns desses trabalhos entre os pesquisadores envolvidos, para a partir deles, identificar os limites e possibilidades de tal fonte e, por consequência, das análises decorrentes. Zephyr L. Frank, por exemplo, ainda que considerando os inventários “uma fonte única e valiosa de dados sobre a riqueza no século XIX na América Latina”, apontou três problemas: o da consistência ao longo do tempo, já que as pessoas falecidas que deviam ser inventariadas podem mudar de acordo com as leis vigentes, os padrões demográficos ou fatores inexplicáveis tais como a perda da documentação; o da idade e seletividade que torna possível que a população inventariada seja mais rica e mais velha que aquela ainda viva; e o da cobertura, pois quase nunca é possível saber quantas pessoas entre as que vivem possuem bens, ou seja, quantos por cento do total da população os inventários cobrem, já que somente os proprietários o faziam (FRANK: 2012 p. 189). Tais questões, se não levadas em consideração, podem comprometer as análises e o uso adequado desse material deve estar submetido a sua coleta sistemática e ao uso apropriado de testes estatísticos de sensibilidade.

Em seguida, procedeu-se à leitura paleográfica dos documentos e a transcrição das informações com a produção de fichas individuais para cada processo, sendo as informações coletadas reunidas, posteriormente, em um banco de dados, e para efeitos desta pesquisa, agrupadas em dez categorias: (1) dinheiro, a moeda em espécie de posse do falecido; (2) produção, que comporta os gêneros agrícolas, extrativistas e artesanais existentes na propriedade quando da feitura do processo e, por vezes, os que foram comercializados; (3) equipamentos e benfeitorias empregados no beneficiamento da

produção; (4) bens de raiz, os imóveis; (5) escravos; (6) rebanho, não apenas o gado vacum, mas também os cavalares, muares, ovinos, caprinos e bois de tiro ou de fábrica; (7) dívidas, subdividas em ativas (a receber) e passivas (a pagar) e que engloba não só os empréstimos, mas serviços de crédito originados das mas variadas procedências, como a venda de mantimentos e prestação de serviços; (8) estoque, ou seja tudo aquilo identificado como mercadoria armazenada para venda; (9) sociedades, partes em agrupamento de investidores que combinam seus recursos para alcançar fins comuns² e (10) bens móveis, onde foram alocadas as ferramentas e vestimentas, o mobiliário, as joias, metais preciosos e tudo que não se enquadrava nas demais categorias³.

Fundo: PROZ. - 28 of. - Inventário - ex. 2955 Data da abertura: 27/05/1808
 NOME: Manuel Barbosa dos Santos Falecimento: 15/11/1807
 Inventariante: João de Melo Relação: cônjuge
 Local: Vila de Bupui, Lei do El Rei do Rio de São Francisco
 Outras informações relevantes: O inventário foi feito no Sítio do Curral das Pedras

Herdeiros (nº, nome, idade, cônjuge):
 1. Maria do Rosário - casada com Francisco Manuel de Araújo - 5 - Pedro - 12 anos
 2. João Joaquim - maior - 6 - João Valentim de Melo - por cabeça de mãe
 3. Antônio Manuel Barbosa - maior - 7 - Margarida - 23 anos
 4. Antônio - 22 anos
 5. Antônio - 22 anos

Bens Móveis (apenas valores)
 Joias e metais: Vestuário: Mobiliário: \$960
 Ferramentas: Outros:

Rebanho (nº e valor)
 nº 19 bovinos \$ 86 \$000 nº 1 cavalares \$ 7 \$000 nº porcos \$
 nº 9 muares \$ 68 \$000 nº bois de carro \$ nº ovinos \$

Dinheiro (valor): Estoque de Loja (valor, descrição à parte):
 Ações (valor, descrição à parte): Sociedades (valor, descrição à parte):

Auto de Partilha: Data: 08/11/1808 Monte Mori: 534 \$360
 Custas: 17 \$340 Funeral (com conta?): Monte líquido: 262 \$900
 Monte partível: 448 \$360 Meação: 131 \$450 Quinhão dos herdeiros: 16 \$431
 Dívidas: 186 \$460

Descrever especificadamente:
 • Escravos (nº, nome, designativo, idade, condição, valor, parentesco e partilha)
 • Bens de Raiz (descrição e valor)
 • Dívidas Ativas (dívidas a receber) e Passivas (a pagar) (nº, nome, moradia, razão e valor)
 • Equipamentos e Beneficências (roda de fiar, tear, roda de mandioca, fornos etc. - descrição e valor)
 • Produção (artigos agrícolas produzidos ou plantados - qtd, unidade, tipo, valor)
 • Dotes (nome, descrição e valor)

Entradas
 1. Quilômetro, nação Angola, 60 anos - 90 \$000.
 2. Maria, crioula, 40 anos, 80 \$000.
 3. Maria, crioula, 100 \$000.

Razão
 1. 1 moçada de canas de selha e talha, dita no curral das pedras em terras próprias - 90 \$000.

Dívidas ativas
 1. João Joaquim (herdeiro) - de uma devassa - 48 \$000.
 2. Antônio (herdeiro) - de uma devassa - 18 \$400.
 3. Margarida - 26 \$000 - de uma devassa.

Dívidas passivas
 1. Felipe Rolim - de conta de dinheiro - 14 \$460.
 2. Capitão Manuel da Costa Nunes, morador na Vila de Bonito - por 2 escravos - 92 \$780.
 3. João Ferreira Dias, da Vila de Bonito, que conta de dinheiro, 7 \$800.
 4. Francisco Manuel da Costa, da Vila de Bonito, por conta de dinheiro, 7 \$740.
 5. Capitão André da Costa Nunes, por conta de dinheiro, 20 \$480.
 6. Antônio João, da Vila de Bonito, de despesas e dinheiro de empréstimo - 5 \$000.
 7. Capitão Manuel Gomes Ribeiro, da Vila de Bonito, de despesas - 12 \$740.

Novo total - 86 \$360 -

Obs: O gado situa-se no Sítio do Curral das Pedras.

Figura 1: Ficha de inventário post-mortem.

Até o momento foram consultados 641 documentos, distribuídos em 56 caixas de 11 fundos arquivísticos salvaguardados por duas instituições, o Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe (AGJSE) e o Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES). Tal montante cobre o período de 1800 a 1840 e doze diferentes localidades sergipanas: Itabaiana, Lagarto, Propriá, Santa Luzia, Santo Amaro das Brotas, Nossa Senhora do Socorro, Vila Nova, São

² Esse item, no entanto, foi excluído das análises porque somente um documento o apresentou.

³ Entraram aqui, por exemplo, materiais de construção, selas e cangalhas.

Cristóvão, Laranjeiras, Maruim, Porto da Folha e Rosário do Catete⁴. Desses, cerca de 20% se encontram num estado de degradação avançado – seja devido à ação de traças, má conservação nas suas instituições de origem etc. – e/ou incompletos (**Figura 2**). Aqui, mais uma vez, o projeto afirma seu compromisso com a pesquisa histórica, pois a transcrição, montagem e futura disponibilização do banco de dados contribuem para a salvaguarda dessa documentação, na medida em que, a depender dos interesses do pesquisador, o documento original não precisará ser consultado.



Figura 2: Trabalho de leitura e coleta de dados.

Os procedimentos de coleta e análise das informações dos inventários seguiram os postulados de dois campos historiográficos: os da chamada História Quantitativa ou Serial, caracterizada pela cobertura de uma determinada série temporal, aqui os primeiros 40 anos do século XIX e o uso de técnicas estatísticas para tratar e tabular os dados, nesse caso o programa SPSS, bem como os da História Espacial, que dialoga com as categorias geográficas, por meio do ArcGIS. O produto final teve como aspecto central tabelas, mapas e gráficos que foram comparados aos de outras pesquisas para variadas regiões da América

⁴ Durante boa parte da realização da pesquisa o Arquivo Público de Sergipe esteve fechado para reforma. Assim, a documentação oriunda dessa instituição utilizada aqui foi consultada na fase anterior do projeto e cobre apenas o período de 1800 a 1822, ficando as regiões de Santa Luzia e Itabaiana sem amostras no segundo período.

Portuguesa, como Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e, por fim, sintetizados neste relatório.

Tal metodologia possibilitou uma visão global do universo pesquisado, pois a mensuração da riqueza e sua distribuição entre os inventariados, a composição dos patrimônios, o número, tipo e valor dos bens transacionados, todos os aspectos medulares do trabalho foram satisfatoriamente conhecidos.

4. Resultados e Discussões

4.1. Testando a consistência dos dados

Do total de inventários coligidos, 48 não atenderam aos padrões da pesquisa: foram abertos em momentos diferentes de nosso recorte temporal, 1800 a 1840, ou não tiveram seu monte-mor (a soma total dos bens) identificado, seja pelo estado documental, seja por sua incompletude. Excluídos esses casos, restaram 593 documentos, sendo 305 para o período 1800-1822 e 288 para 1822-1840. Devido à longa cobertura temporal, antes de tabular os dados foi necessário testar a consistência dos mesmos. Como já dito, a lei no Brasil requeria inventários em algumas circunstâncias e não em outras. Ainda que por todo século XIX o processo tenha quase a mesma estrutura, em 1831, por exemplo, o limite do pátrio poder sobre os filhos caiu de 25 para 21 anos. Tais mudanças poderiam ter alterado o perfil das pessoas inventariadas, enviesando as análises, já que aqui os inventários são usados como índices da conjuntura econômica sergipana (FRANK, 2012, p. 189). Por isso, fez-se necessário o uso de testes estatísticos para conferir a homogeneidade da amostra.

A **Tabela 1** apresenta a divisão por gênero de nossos inventariados.

Tabela 1: Divisão segundo o gênero dos inventariados.

	1800-1822		1823-1840	
	N	%	N	%
masculino	166	54,4%	151	52,4%
feminino	129	42,3%	132	45,8%
Casal	10	3,3%	5	1,7%
Total	305	100,0%	288	100,0%

Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

A alternância nos dois períodos é bastante similar: em ambos, os do sexo masculino são a maioria dos inventariados, mas com proporções muito próximas aos 50% e nunca com maior diferença do que 10 pontos percentuais. Índices muito semelhantes aos encontrados por Zephyr Frank para a cidade do Rio de Janeiro e por Carlos Malaquias para a Comarca do Rio das Mortes, atual região de Tiradentes em Minas Gerais, onde, respectivamente, os homens eram 57% e 58% dos inventariados. (FRANK, 2012, p.192; MALAQUIAS, 2014, p.143). Tais regiões experienciaram, em fins do século XVIII e início do XIX, um processo migratório, principalmente de lusitanos, que alterou significativamente a pirâmide etária populacional, ocasionando um maior número de adultos e homens (MALAQUIAS, 2014, p. 61). Na época, Portugal vivia uma crise econômica que levou parte de seus habitantes a encarar o Brasil como uma possibilidade de ascensão social, facilitada pela língua comum (RIBEIRO, 1997, p.176). Muitos desses reinóis migrantes se instalaram nas Minas Gerais, atraídos pela possibilidade de enriquecimento rápido oferecido pelo ouro, na Cidade do Rio de Janeiro, por onde eram comercializados os metais preciosos, os escravos e tantos outros produtos com as prerrogativas do pacto colonial⁵, e em Sergipe. Segundo a historiadora Edna Maria Matos Antônio, dois locais na capitania eram conhecidos pela marcante presença lusitana: a Povoação de Laranjeiras, onde tinham diversas lojas e vulto comércio, e a Vila de Lagarto que chegou a abrigar um consulado português (ANTÔNIO, 2011, p. 146).

Apesar do inventário nem sempre trazer informações quanto à origem dos inventariados, dependendo esse dado da declaração de terceiros ou da presença de testamento deixado pelo falecido, em nossa amostragem encontramos seis reinóis, todos do norte de Portugal. José Fernandes de Souza, morador no termo da Vila de Santa Luzia e natural do arcebispado de Braga⁶, foi de todos o que mais parece ter realizado o intento de fortuna e prestígio na colônia. Quando faleceu, em 1825, era um homem casado, senhor de três engenhos e 130 escravos. Já João Correia Malheiro da Cunha Costa e Souza, também natural da cidade de Braga, mas morador na Povoação de Itaporanga, termo de São

⁵ O Pacto Colonial engloba um conjunto de regras que tinham como principal objetivo fazer com que as colônias comercializassem somente com a metrópole ficando, inclusive, o exercício de atividades comerciais exclusivamente nas mãos dos reinóis. Para maiores informações consultar BICALHO, 2000.

⁶ Inventário de José Fernandes de Souza (AGJSE, EST/2º Ofício, cx. 495, 1825).

Cristóvão⁷, Manoel Pereira da Silva e Manoel Joaquim de Castro e Silva, ambos naturais da Cidade do Porto e moradores na povoação de Laranjeiras, também termo de São Cristóvão⁸, enveredaram pelo ramo tradicional dos imigrantes portugueses na colônia (FARIA, 1998, p. 176), sendo todos comerciantes lojistas. Apesar de diminuta a nossa amostra, os dados revelam uma sintonia com a bibliografia. Não por acaso, todos morreram entre 1800 e 1829, indicando que chegaram a Sergipe em período anterior, suficiente para amealhar riqueza, cinco dos seis eram solteiros e um casou-se na colônia. Portanto, o processo migratório faz com que os homens sejam sempre maioria entre os inventariados, diminuindo a diferença entre os sexos no segundo período, por conta da Independência do Brasil em relação ao Império Marítimo Português.

Algo curioso é a presença da categoria casal. O processo de inventariação e a subsequente partilha de bens representava um momento de inflexão no grupo familiar. Unidades produtoras como sítios, fazendas e engenhos deviam ser divididos e podiam assim perder capacidade produtiva. Por esse motivo, era comum driblar a legislação e proceder ao inventário somente quando da morte do segundo cônjuge. Assim, tornou-se necessário verificar o estado conjugal de nossos inventariados, pois as fortunas dos casados representam a totalidade dos bens familiares enquanto a dos viúvos, apenas metade.

Tabela 2: Estado conjugal dos inventariados.

	1800-1822		1823-1840	
	N	%	N	%
Casado	208	68,2%	216	75,0%
Viúvo	13	4,3%	21	7,3%
Solteiro	8	2,6%	8	2,8%
Não identificado	76	24,9%	43	14,9%
Total	305	100,0%	288	100,0%

Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

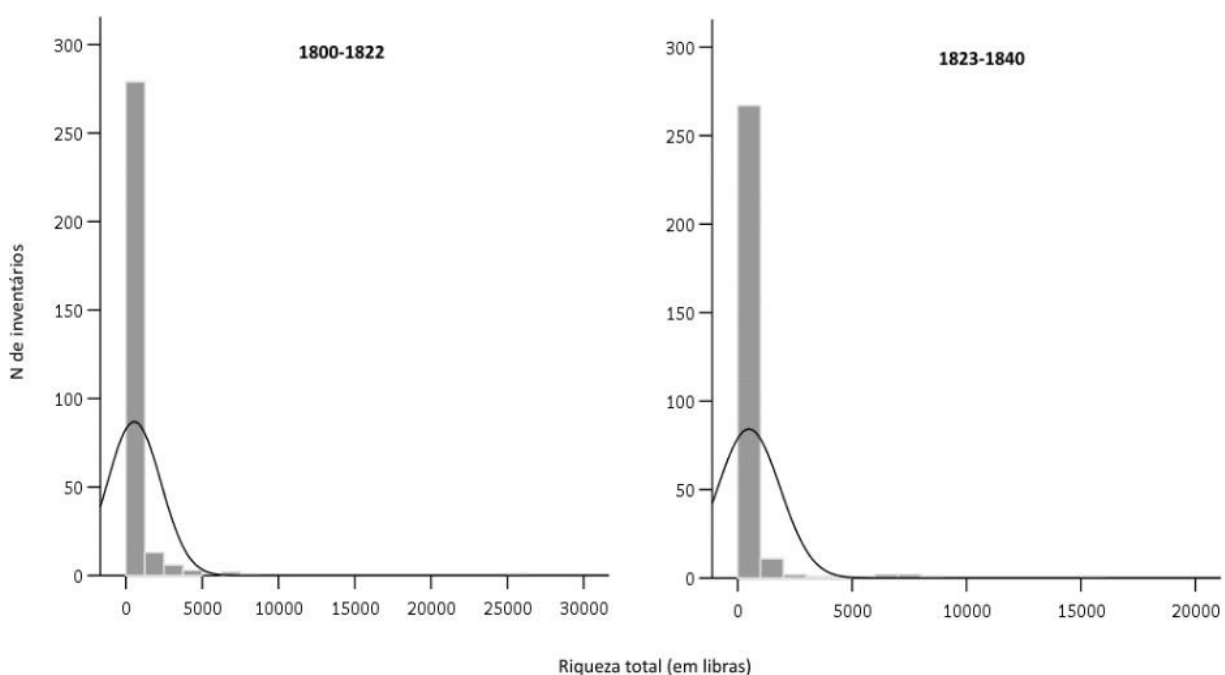
A **Tabela 2** mostra que o número de inventariados solteiros foi igual nos dois períodos, tendo proporcionalmente quase nenhuma variação. Já o número de casados e viúvos sofreu uma alternância maior. Tal fato, possivelmente se explique pelo grande

⁷ Inventário de João Correia Malheiro da Cunha Costa e Souza (AGJSE, SCE/1º Ofício, cx. 20, 1829).

⁸ Inventário de Manoel Pereira da Silva (AGJSE, SCR/1º Ofício, cx. 18, 1821) e de Manoel Joaquim de Castro e Silva (AGJSE, SCR/1º Ofício, cx. 18, 1822).

número de não identificados no primeiro período, já que a documentação encontra-se em estado mais avançado de deterioração. Ainda assim a diferença não chega aos 10%. Por último, mensuramos a representação das pequenas e grandes fortunas, pois com o tempo a uma tendência à inventariação dos mais pobres (MALAQUIAS, 2014, p. 144). O **Histograma 1** apresenta a análise. Como se observa, no primeiro período há um número maior de grandes fortunas. No entanto, a curva de distribuição em ambos é bastante similar.

Histograma 1: curvas de distribuição dos inventários segundo o período.

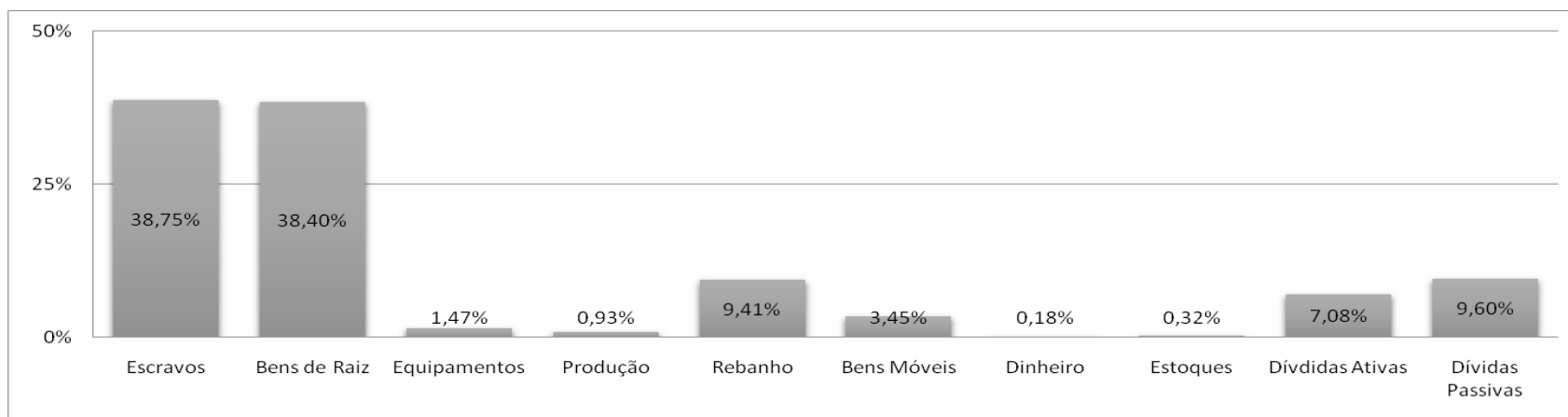


Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

4.2 A estrutura econômica e a evolução da riqueza

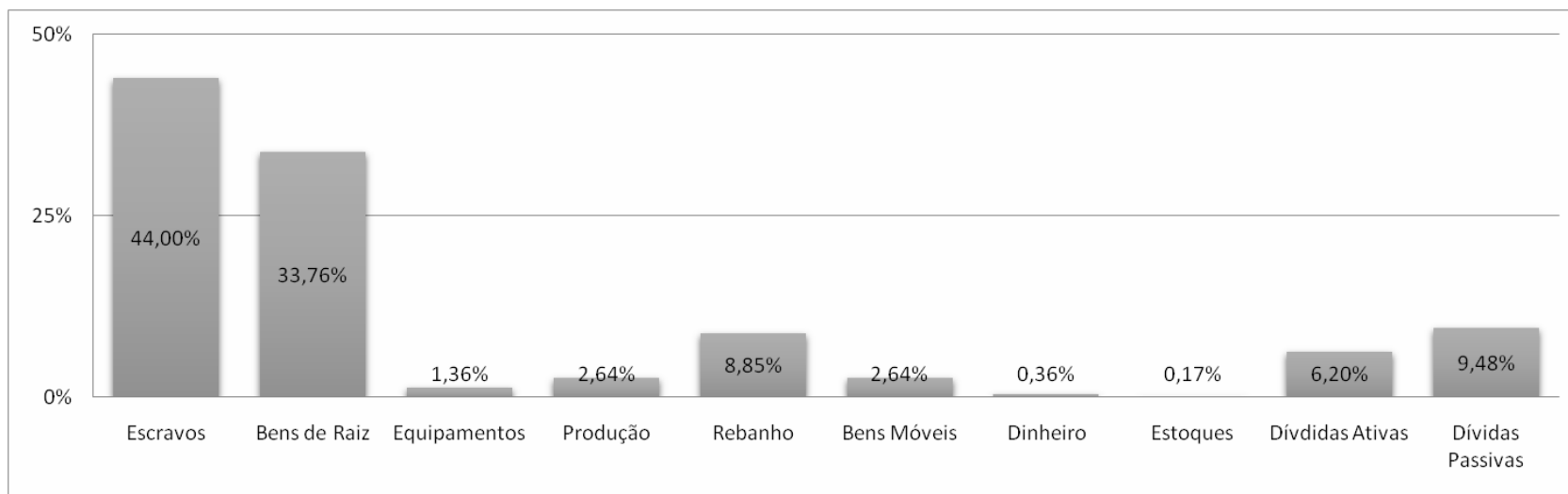
Os **Gráficos 1** e **2** apresentam a composição total das fortunas que compõem a nossa amostragem por período. A constatação imediata é que a composição da riqueza pouco mudou de um momento a outro: em ambos, os itens de maior importância são os escravos, os bens de raiz e o rebanho, exatamente nessa ordem.

Gráfico 1: Composição da riqueza inventariada, 1800-1822.



Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

Gráfico 2: Composição da riqueza inventariada, 1823-1840.



Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

Há muito a historiografia conhece o peso da escravidão na economia do século XIX. Estima-se que cerca de 90% dos proprietários do período tivessem acesso a mão-de-obra cativa, sendo os escravos usados nos mais diversos trabalhos. (OSÓRIO, 2007, p. 270; ALMEIDA, 2010, p. 150). No entanto, seu peso dentro da composição da riqueza total variava de acordo com o local e atividade produtiva. No Rio de Janeiro, cidade portuária e mercantil, onde os escravos eram quase metade da população, somavam apenas 14% das fortunas (FRANK, 2012, p. 49). Já na Comarca de Rio das Mortes, Minas Gerais, região ligada ao abastecimento de gêneros alimentares, os índices giravam em torno de 30%. (ALMEIDA, 2010, p. 131) De modo geral, quanto mais rural e interiorana a área, maior o peso dos escravos no patrimônio de seus proprietários.

Em Sergipe, nos períodos em tela, os escravos são a categoria de bens mais expressiva dentro da riqueza total: 38,75% no primeiro, 44,00% no segundo. Esse aumento pode ser explicado por dois fatores: o aumento dos preços e/ou aumento da escravaria média. Sabe-se que as décadas subsequentes à Independência são marcadas por uma elevação no preço dos escravos, principalmente depois da primeira lei de proibição do tráfico, em 1831, quando cresce cerca de 30% (LAPA; SZMRECSÁNYI, 2012, p. 112). A **Tabela 3** apresenta o valor médio dos mancipios adultos de nossa amostragem por década⁹. Percebe-se um crescimento gradativo na década de 1800 e 1810, seguido de uma pequena baixa na década de 1820, causada, possivelmente, pelo maior abastecimento às vésperas da Lei de 1831, e um abrupto aumento na década 1830.

Tabela 3: Valores médios do escravo adulto, 13 a 50 anos.

Década	Valor médio (em libras)
1800-10	34,8083
1811-20	35,5145
1821-30	31,8629
1831-40	45,2029

Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

⁹ Neste trabalho, sempre que se comparou preços e conjunturas, optou-se pela conversão dos valores nominais, apresentados pelos inventários, em libras esterlinas, moeda menos sujeita à inflação no século XIX e que atuava como intermediária em diversas regiões do mundo. Para maiores informações consultar FRANK, 2012, p. 200-201.

Já a **Tabela 4** apresenta para os dois períodos de nosso recorte a média do valor empregado em escravos e do tamanho da escravaria. Ainda que exista um tímido aumento no montante investido, há uma diminuição no número de escravos por proprietário. Não se estava investindo mais, estava-se pagando mais. Ou seja, em Sergipe, de fato, o escravo estava mais caro no pós-independência.

Tabela 4: Valor médio do escravo adulto e o número médio de proprietários.

	Valor médio do escravo adulto (em libras)	Número médio de escravos por proprietário
1800-1822	35,11	9,55
1823-1840	35,80	8,96

Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

Os bens de raiz, ativo de segunda maior importância, ao contrário, tem suas cifras diminuídas. O período que vai da independência até a promulgação da Lei de Terras, em 1850, é marcado pela ausência de qualquer regulamento da estrutura fundiária do Brasil, pois em 1822 aboliu-se o sistema de sesmarias. Nesse ínterim de 28 anos, o acesso à terra se dava pelo simples apossamento, o que pode ter contribuído para a sua desvalorização (SANTOS, 2011, p. 40). No entanto, no ano de 1837, abriu-se no termo de Santo Amaro das Brotas o inventário de José Lourenço de Melo, legando aos seus herdeiros um montante de 1:000\$000 (1 conto de réis). Entre os bens que compunham sua fortuna, estava o sítio de terras Vassouras, com casas de morar e 272 pés de coqueiro, num primeiro momento sem valor. A propriedade era de posse conjunta entre os irmãos do falecido – pro indivisa – e para saber qual o preço do quinhão que lhe coube por herança de seus pais, foi preciso fazer uma nova avaliação e agregar os valores¹⁰. Ou seja, a terra estava sendo valorizada, ainda que não no mesmo ritmo que a mão-de-obra cativa: enquanto os bens de raiz sofreram um aumento de cerca de 20% no seu valor bruto, o dos escravos quase dobrou. Provavelmente também a depreciação tenha acontecido de forma seletiva, atingindo principalmente as

¹⁰ Inventário de José Lourenço de Melo (AGJSE, MAR/2º Ofício, cx. 935, 1837).

terras desocupadas e menos produtivas, mas mesmo assim impactando a representação relacional.

No caso do rebanho, a diminuição relativa é acompanhada de uma diminuição nos números brutos, como mostram as **Tabelas 5 e 6**. Do primeiro para o segundo período o gado bovino teve uma baixa de 14%, o cavalar 8%, os porcinos 26% e os muares 36%. Algo sintomático da mudança socioeconômica da região, já que nos idos de 1830 a lavoura de cana de açúcar estava amplamente difundida por Sergipe (ALMEIDA, 2013, p. 97). A quase duplicação dos bois de tiro, usados principalmente como força motriz dos engenhos, é mais um traço da inversão dos investimentos. Outro item que tem aumento de 100% são os caprinos. A expansão da agroindústria açucareira, segundo Maria da Glória de Santana Almeida, aconteceu pela incorporação seletiva de terras, devido às especificidades dos solos, proximidade do curso dos rios e sujeição da lavoura as estiagens. Isso valorizou as propriedades que atendiam a tais pré-requisitos e afastou os produtores menos capitalizados para regiões mais distantes e secas (ALMEIDA, 1993, p. 142). É provável, portanto, que o aumento no número de caprinos e ovinos, criações mais adaptáveis ao semi-árido e sertão seja ocasionado por esse fato.

Tabela 5: Número médio de bovinos por proprietário e número total, 1800-1822.

	Bovinos	Cavalares	Porcinos	Muares	Bois de tiro	Caprinos	Ovinos
Média por inventários	35,21	3,92	0,42	1,84	2,25	0,57	4,09
Número total	6.937	772	83	363	444	113	805

Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

Tabela 6: Número médio de bovinos por proprietário e número total, 1823-1840.

	Bovinos	Cavalares	Porcinos	Muares	Bois de tiro	Caprinos	Ovinos
Média por inventários	31,37	3,76	0,32	1,22	4,46	1,19	7,15
Número total	5.960	715	60	231	848	226	1.359

Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

Não obstante essas mudanças, nos dois períodos, o sistema revelado pela documentação é o mesmo: agropastoril, já que os bens de maior vulto são os escravos, os bens de raiz e o rebanho. As cifras do estoque, categoria que engloba as atividades de comércio, ratificam a assertiva. No primeiro período, é de apenas 0,32% e no segundo 0,17%. Ainda que as dívidas ativas estejam somadas à categoria, tendo assim representado todo o capital usurário, o montante é de 7,40% para o primeiro período e 6,37% para o segundo. Dada a pequena importância dos equipamentos usados no melhoramento da terra, 1,47% e 1,36% respectivamente, e das ferramentas de trabalho, aqui representadas entre os bens móveis, tal sistema ainda dependia das constantes incorporações de terra e mão de obra para crescer e expandir-se (ALMEIDA, 1993, p. 128; ALMEIDA, 2010, p. 23). Mas se Sergipe produzia principalmente gêneros agrícolas por que então a produção apresenta cifras tão baixas? Vale lembrar que, no caso desses bens, só era arrolado o que existia nas propriedades quando da realização do processo de inventariação e que estes produtos estavam sujeitos a uma grande sazonalidade.

Algo curioso é que as dívidas ativas englobam também a prestação de serviços a prazo e o fornecimento de crédito informal, alternativas usadas a falta de meio circulante nas sociedades do século XVIII e XIX. Enquanto essa categoria diminuiu, o dinheiro em espécie teve um pequeno aumento, o que deixa entrever uma maior complexidade econômica, da qual é sintomática o inventário de José da Cruz Pereira. Esse morador no termo da Cidade de Sergipe Del Rei, casado com Maria Francisca da Silva, faleceu em 1829, provavelmente do naufrágio que declarava sua mulher ter sofrido uma de suas embarcações. Compondo o patrimônio a ser inventariado, estava uma loja de secos e molhados e a própria embarcação, ambas possuídas em sociedade com Joaquim José Paiva.¹¹ Também em outros documentos do período foi comum encontrar tais ativos mencionados entre as dívidas. Ana Rita Joaquina do Sacramento Almeida, moradora no mesmo termo e falecida em 1833, devia 22\$600 a “José Pereira Espinheiro e Cia”, na Cidade da Bahia, e 22\$700 a “Joaquim José Teixeira e Cia”, para quem seu inventariante não especificou a localização¹². Já o testador de Antônio Rodrigues de Azevedo Nascimento, indivíduo solteiro, morador no Engenho do Poxim e morto em fins da década

¹¹ Inventário de José da Cruz Pereira (AGJSE, AJU/2º Ofício, cx. 2309, 1830).

¹² Inventário de Ana Rita Joaquina do Sacramento Almeida (AGJSE, SCR/1º Ofício, cx. 21, 1833).

de 1820, teve de despender quase toda a fortuna do inventariado, avaliada em 1:676\$465 para pagar as dívidas adquiridas no “tempo da sociedade que houve entre o falecido e a herdeira também falecida Dona Josefa Paula de Santana” e que somavam 1:492\$073¹³. Duas décadas depois da fundação do Banco do Brasil, primeira instituição financeira do território, criada em 1808, Sergipe experienciou outras formas de riqueza financeira que não a posse de moedas e bens.

A **Tabela 7** abaixo apresenta o monte-mor médio da riqueza para ambos os períodos, em valores nominais e em libras. Quando comparados os valores nominais, percebe-se um claro aumento, no entanto quando convertido em libras, há na verdade uma diminuição. Isso acontece por conta da presença de um *outlier*: o inventário do Coronel Leandro Ribeiro de Siqueira e Melo, um bem sucedido senhor de engenhos cuja fortuna somava mais de 108 contos¹⁴. Excluído esse documento atípico que se afasta dos demais e enviesa as análises, constata-se que a riqueza dos sergipanos nos primeiros anos do Império estava em crescimento.

Porém, quando comparamos o monte mor médio ao de outras regiões da América Portuguesa, percebe-se o quão modestas eram. Na Comarca de Rio das Mortes, entre 1795-1809 o monte mor médio era de 1155 libras, entre 1830-1844 de £ 1128 (MALAQUIAS, 2014, p. 145) e no Rio de Janeiro, entre 1815-1825, de £ 15323 (FRANK, 2012, p. 50). Na Salvador oitocentista, um indivíduo que possuísse 3:000\$000 era considerado remediado, integrando os 50% mais pobres da cidade (MATTOSO, 1992, p. 608) e no Rio Grande do Sul para ser considerado rico era necessário ter mais de 2000 libras (OSÓRIO, 2007, p. 269). Tais regiões têm em comum o fato de possuírem economias bastante complexas no início do século XIX: Salvador e Rio de Janeiro eram cidades portuárias e mercantis, responsáveis pela entrada e saída de mercadorias nas colônias; Minas Gerais, com a vinda da Família Real para o Brasil e depois da euforia do ouro, adentrou no comércio interno e era responsável pelo abastecimento de boa parte da região sul do Brasil; e o Rio Grande do Sul, era o grande curral do país com suas estâncias e charqueadas. Diferentemente em Sergipe, a pecuária auxiliar dos engenhos e vilas baianas não oferecia grandes oportunidades de capitalização.

¹³ Inventário de Antônio Rodrigues de Azevedo Nascimento (AGJSE, SCR/1º Ofício, cx. 20, 1829)

¹⁴ Inventário de Leandro Ribeiro de Siqueira e Mello (AGJSE, SCR, 1º Ofício, cx. 20, 1819).

Tabela 7: Monte mor médio dos inventários.

	1800-1822	1820-1822 (excluindo maior riqueza)	1823-1840
Monte mór médio (valor nominal)	2.042.956,03	1.693.474,37	3.125.288,82
Monte mór médio (em libras)	548,82	464,84	494,83

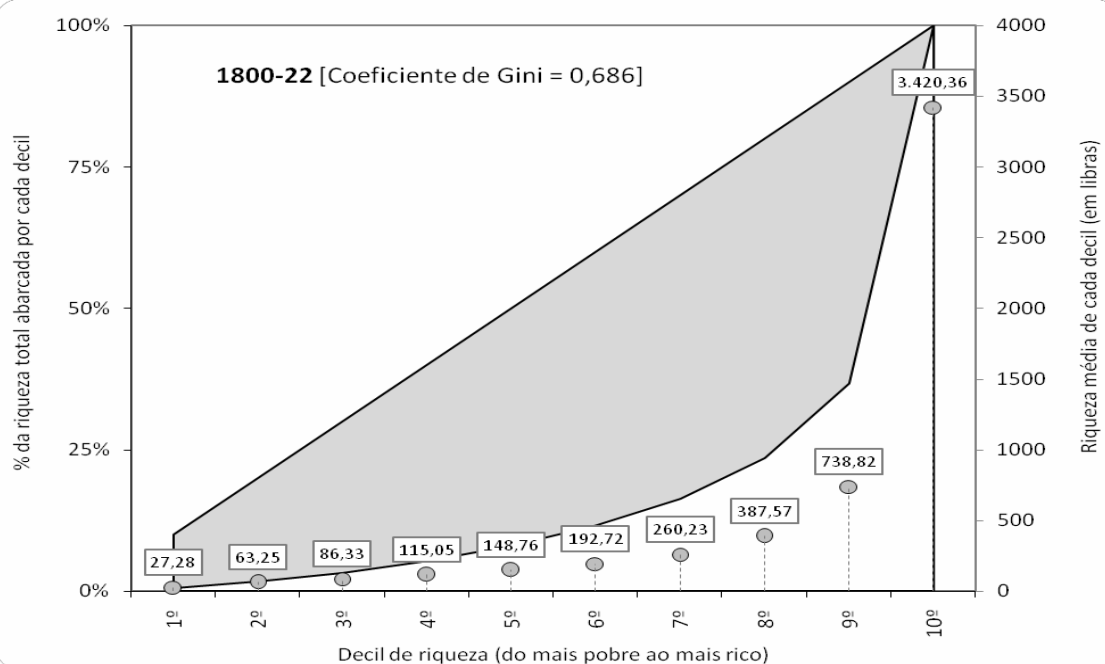
Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

4.3. Faixas de fortuna e concentração de riqueza

Dividindo os nossos proprietários em grupos de 10%, montamos os **Gráficos 3 e 4** que mostram o monte mor médio de cada decil, a Curva de Lorenz e o Índice de Gini. A Curva de Lorenz é um gráfico usado para representar a distribuição relativa de uma determinada variável em um domínio específico, sendo aqui o domínio o número de inventariados e a variável a distribuição de riqueza. Já o índice de Gini é uma medida usada para medir o grau de concentração de renda e/ou riqueza, em que 0 representa a perfeita igualdade, ou seja, todos com a mesma quantidade, e 1 a perfeita desigualdade, uma pessoa possuindo toda a riqueza. Segundo Zephyr Frank “uma forma razoável para se interpretar este índice sugeriria que valores abaixo de 0,5 representam baixa desigualdade, entre 0,5 e 0,7 representam desigualdade moderada e acima de 0,7 representam alta desigualdade” (2012, p. 53).

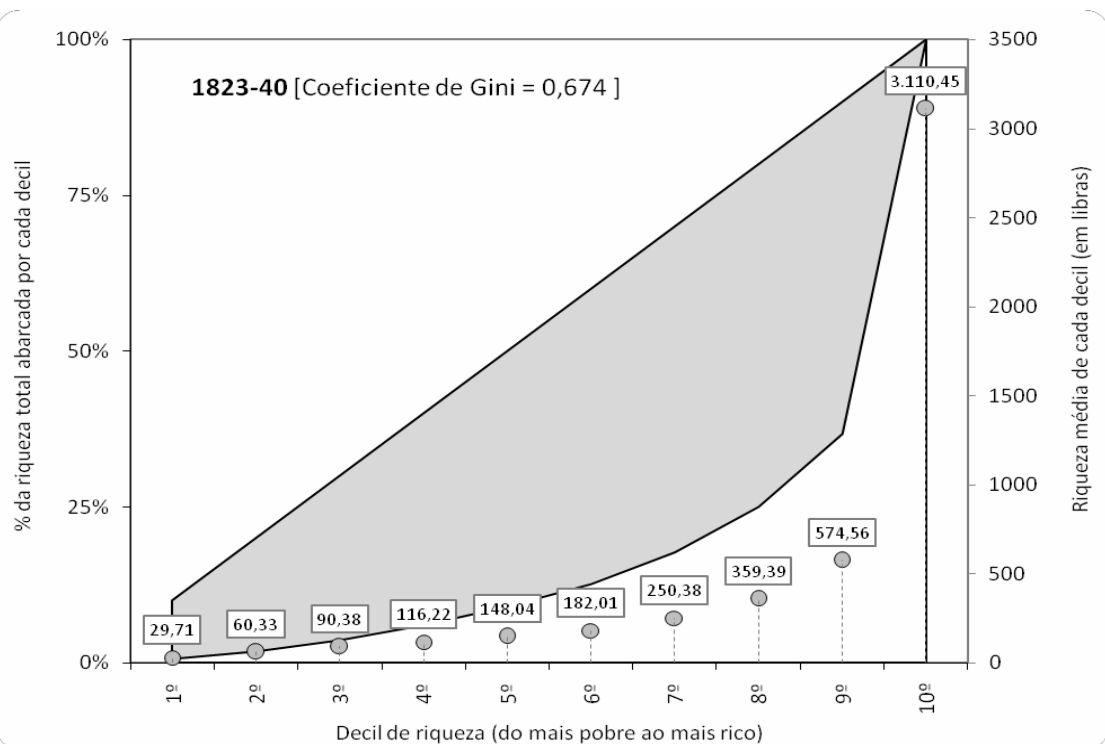
A primeira constatação é a imensa desigualdade. Enquanto o primeiro decil possui um monte-mor de aproximadamente 3000 libras, os demais níveis de riqueza não passam da casa das centenas. O Índice de Gini, para ambos os recortes mostrou-se moderado, sendo de 0,686 entre 1800-1822 e de 0,674 entre 1822-1840. No entanto, há uma pequena diminuição da desigualdade no segundo período, ocasionada pela expressiva diminuição do monte mor médio a partir do sexto decil e um aumento nos cinco anteriores.

Gráfico 3: Decis econômicos e concentração de riqueza, 1800-1822.



Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

Gráfico 4: Decis econômicos e concentração de riqueza, 1823-1840.



Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

No mesmo período, algo diferente aconteceu nas Minas Gerais. Segundo Carlos de Oliveira Malaquias, na Comarca do Rio das Mortes, as oportunidades econômicas abertas com a vinda da família real para o Rio de Janeiro premiou os proprietários que já possuíam uma riqueza suficiente para fazer uso da mão de obra cativa, beneficiar a produção e transportá-la até a capital do Império, o que ocasionou um aumento na concentração de riqueza (MALAQUIAS, 2014, p. 151). Em Sergipe, a maior dinamicidade econômica proporcionada pela lavoura da cana-de-açúcar possibilitou ascensão econômica a diferentes agentes, inclusive os pequenos produtores e donos de fortuna modesta. Zephyr Frank demonstrou que a primeira metade do século XIX, no Rio de Janeiro, foi época de uma maior abertura econômica que possibilitava a existência e reprodução de um amplo setor intermediário (2012). Maria da Glória de Santana Almeida, estudando a lavoura da cana-de-açúcar na segunda metade do século XIX, já havia conjecturado que as décadas de 30 e 40 romperam com a relação senhor de engenho\elite política (1993, p. 148).

Para melhor perscrutar a questão agrupamos os primeiros cinco decis e comparamos a composição da riqueza com a do escol proprietário. Para isso, partimos da própria configuração da distribuição da riqueza (**Tabelas 8 e 9**).

Tabela 8: Monte mor médio e porcentagem da riqueza abocanhada por cada decil, 1800-1822.

Decil	Media (em libras)	% da riqueza total
1º	27,28	0,50%
2º	63,25	1,20%
3º	86,33	1,50%
4º	115,05	2,10%
5º	148,76	2,70%
6º	192,72	3,60%
7º	260,23	4,70%
8º	387,57	7,20%
9º	738,82	13,20%
10º	3420,36	63,30%
Total	548,82	100,00%

Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

Tabela 9: Monte mor médio e porcentagem da riqueza abocanhada por cada decil, 1800-1822.

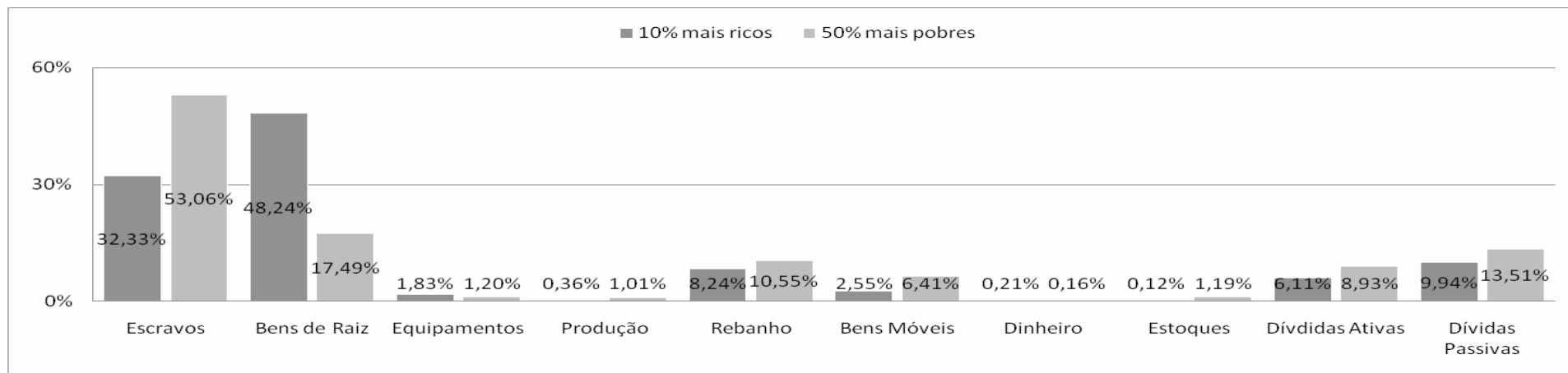
Decil	Media (em libras)	% da riqueza total
1º	29,7119	0,60%
2º	60,3259	1,20%
3º	90,3791	1,80%
4º	116,2217	2,40%
5º	148,0438	3,00%
6º	182,0134	3,60%
7º	250,3781	5,10%
8º	359,3938	7,30%
9º	574,5605	11,70%
10º	3110,452	63,30%
Total	494,8306	100,00%

Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

Os cinco primeiros decis apresentam em ambos os períodos montes mores médios abaixo das 150 libras e, de um recorte para o outro, ou aumentaram sua riqueza (primeiro, segundo e quarto), ou tiveram diminuição não maior do que três libras (terceiro e quinto). A partir do sexto decil percebe-se uma diminuição no monte mor médio que varia de 9 a 164 libras, acompanhada de uma diminuição ou estagnação na porcentagem da riqueza abiscoatada, exceto para o décimo decil. Os 10% mais ricos, apesar de perderem mais de 50 libras em seu monte mor médio de fins do período colonial para o início do Império, controlavam em ambos os períodos 63,30% de toda a riqueza sergipana.

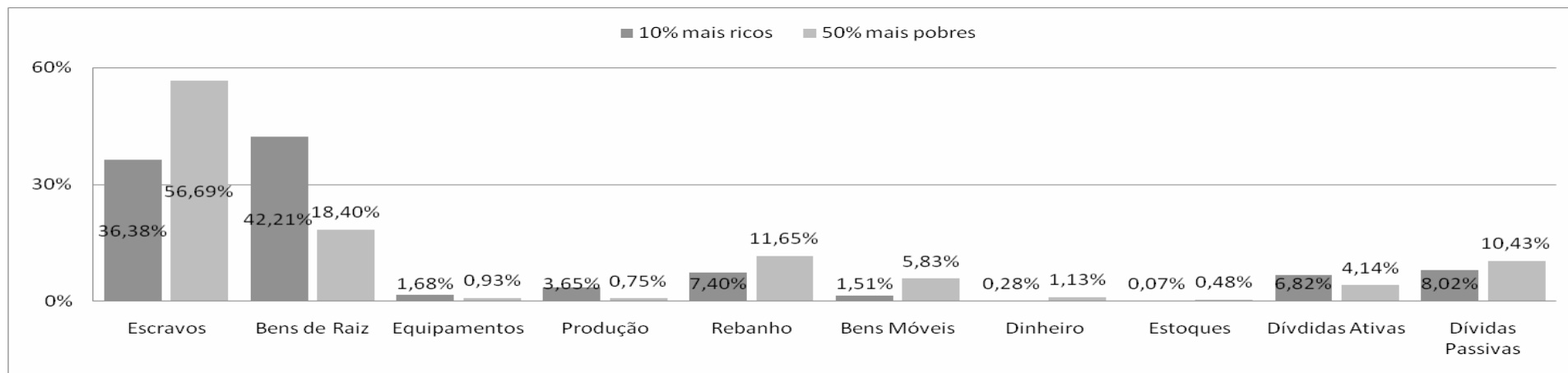
Os **Gráficos 5 e 6** apresentam os resultados.

Gráfico 5: Composição do patrimônio dos 10% mais ricos e dos 50% mais pobres, 1800-1822.



Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

Gráfico 6: Composição do patrimônio dos 10% mais ricos e dos 50% mais pobres, 1823-1840.



Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

Percebe-se que o item de maior discernimento entre ricos e pobres são os bens de raiz: no primeiro período a diferença é 30, 75% e no segundo 23,81%. É curioso que os índices tenham diminuído quase que nove pontos percentuais. Como já mencionado, o período de 1822 a 1850 é marcado pela ausência de qualquer legislação fundiária que regulamente o acesso a terras. Nesse intervalo de tempo – e na verdade bem antes –, o acesso a terra se dava pelo simples apossamento. Para assenhorar-se de um “sítio”, “porção” ou “sorte de terras” era necessário somente derrubar as matas, erigir alguma benfeitoria e garantir que os demais reconhecessem o seu domínio, este último processo o mais difícil. As sesmarias, forma de apropriação do espaço agrário brasileiro até 1822, consistiam na doação de vastas dimensões de terras a particulares com cabedal para explorá-las, das quais para ter a confirmação da posse era necessário provar o aproveitamento. No entanto, nem todos os sesmeiros tinham capacidade para cultivar de fato todas as suas terras, optando por sublocá-las ou subaproveitá-las. Isso criou brechas para que outros indivíduos, que não tinham acesso às mercês do rei, se apossassem do território, ficando conhecidos como “posseiros” (MOTTA, 1998, p. 121-122).

Ao longo da segunda metade do século XVIII, a Coroa Portuguesa sucumbiu à distância entre o intento colonizador e a prática colonizadora, reconhecendo o apossamento como legítimo e legal a partir da Lei da Boa Razão de 1769, ainda que exigisse a unanimidade e a antiguidade da ocupação (MOTTA, 1998, p. 123). Tais argumentos eram sempre usados na resolução de conflitos, até mesmo depois da extinção da lei de sesmarias em 1822. Em Sergipe, por exemplo, foi aberto em 1841, na Vila de Socorro, um sumário crime contra o Alferes Manoel Antônio Faro, senhor do Engenho Madre de Deus. Segundo a queixosa, Quitéria Miquilina, o alferes havia derrubado uma casa da qual era possuidora e gastara 200\$000 para construir, alegando que aquelas terras eram suas. Para solucionar o imbróglio, ambos convocaram testemunhas para atestar a forma de domínio do local. Como todas afirmaram não saber da antiguidade da posse de Quitéria, o alferes ganhou o processo ¹⁵. Ou seja, ainda que legalmente reconhecido, o apossamento de terras era um estopim para conflitos rurais.

Em nossa amostragem encontramos somente pessoas minimamente remediadas ou ricas declarando terras devolutas. João Batista da Lapa, com riqueza avaliada em

¹⁵ Sumário crime contra Manoel Antônio Faro (AGJSE, SCR/1º, nº geral 118, cx. 01).

4:957\$665, tinha entre seus 16 bens de raiz dois pedaços “de terras devolutas cercadas de muro”, ambos no valor de 75\$000¹⁶. Ana Rita Joaquina de Almeida, dona de uma fortuna de mais de 10 contos de réis, possuía junto as casas de sobrado em que morava, defronte ao convento das religiosas de São Francisco, uns chãos devolutos em que existia outro sobrado, no valor de 5\$000¹⁷. Rita Leandra de São José, mencionada como “dona” e viúva herdeira de mais de um conto de réis, contava com um chão de terras devolutos no valor de 60\$000 onde estava erguida uma casinha velha de telha e taipa, o que indica que o processo de apossamento era antigo¹⁸. Segundo Márcia Motta, a maior parte dos posseiros era de grandes fazendeiros que se aproveitavam do prestígio e poder em sua localidade para assenhorar-se das terras do estado, no entanto, pequenos proprietários também se beneficiaram com as novas leis, 1769-1822, ou ausência delas, +1822 (1198, p. 142).

Não por acaso, todas as menções a chãos devolutos ocorrem em inventários de moradores do termo de São Cristóvão, região onde residia boa parte da elite proprietária de Sergipe – como mostraremos no item seguinte. Mas se era o escol econômico quem mais estava incorporando terras por que as cifras dos bens de raiz não aumentam entre os 10% mais ricos? Para esse decil, o apossamento de terras nem sempre era acompanhado do levantamento de benfeitorias, como casas, cercas ou muros. Era muito mais uma expressão de domínio do que imperativo econômico (MOTTA, 1998, p. 122). Isso acabava não capitalizando tais bens, pouco contribuindo para o aumento da riqueza, como também desvalorizando as anteriormente angariadas, mas incultas. Entre os 50% mais pobres, ao contrário, as terras apossados eram primeiramente uma necessidade produtiva. Logo se erguiam casas para moradia ou para fazer farinha, pastos para criar algumas cabeças de gado ou arava-se o solo para o plantio de mandioca, feijão, milho e tanto outros cultivos. Por tal beneficiamento, que aumentava o valor das terras e a importância delas dentro da composição da riqueza, os 50% mais pobres são os únicos a apresentarem um aumento relacional e em valores brutos dos bens de raiz. Do primeiro para o segundo período, tais ativos tiveram um aumento de 24 libras como mostram as **Tabelas 10 e 11**.

¹⁶ Inventário de João Batista da Lapa (AGJSE, SCR/1º Ofício, cx. 17, 1814).

¹⁷ Inventário de Ana Rita Joaquina de Almeida (AGJSE, SCR/1º Ofício, cx. 21, 1833).

¹⁸ Inventário de Rita Leandra de São José (AGJSE, SCR/1º Ofício, cx 21, 1832).

Tabela 10: Composição do patrimônio por decil em libras, 1800-1822.

DECIL	Riqueza Total	Escravos	Bens de Raiz	Equipamentos	Produção	Rebanho	Bens Móveis	Dinheiro	Estoques	Dívidas Ativas	Dívidas Passivas
1	818	311,09	111,58	19,68	4,81	155,36	118,07	6,49	0	91,39	157,78
2	1961	1023,58	230,13	33,35	25,7	221,51	135,69	14,42	66,2	210,06	194,42
3	2590	1388,2	513,62	10,05	13,26	406,29	114,81	0	20,55	123,05	408,49
4	3566	2134,78	617,45	47,95	36,42	192,77	277,23	0	0	259,87	439,1
5	4463	2251,91	870,23	49,49	54,64	437,64	212,86	0	73,23	512,72	610,56
6	5974	3363,95	982,71	50,88	80,64	958,27	261,1	1,13	0	275,7	352,47
7	7807	4214,09	2011,7	53,47	201,68	386,8	325,38	0	187,08	426,67	1169,2
8	12015	5343,02	2926,24	152,7	180,94	1422,19	514,05	26,13	47,74	1401,63	524,37
9	22164	10556,36	4865,14	108,74	572,41	2820,97	1121,43	41,63	15,61	2062,21	1663,98
10	106031	34284,2	51154,41	1937,68	383,18	8742,15	2699,11	217,87	130,48	6482,05	10541,51
Total	167390	64871,19	64283,2	2463,99	1553,68	15743,96	5779,73	307,66	540,9	11845,33	16061,88

Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

Tabela 11: Composição do patrimônio por decil em libras, 1822-1840.

DECIL	Riqueza Total	Escravos	Bens de Raiz	Equipamentos	Produção	Rebanho	Bens Móveis	Dinheiro	Estoques	Dívidas Ativas	Dívidas Passivas
1	831,93	360,22	158,66	24,45	6,48	126,35	96,37	5,57	0	53,83	43,11
2	1749,45	806,38	450,78	22,81	33,4	207,6	112,05	0	8,35	108,09	216,41
3	2621	1636,09	340,59	8,98	4,9	224,01	131,99	98,75	0	175,69	262,95
4	3370,43	1942,4	643,08	33,59	27,44	321,98	188,9	35,02	53,47	124,55	422,93
5	4293,27	2548,71	774,45	29,92	24,58	618,42	220,67	6,45	0	70,07	396,97
6	5096,37	3258,27	948,68	32,34	84,95	298,76	149,41	0	55,59	268,37	596,08
7	7260,97	4592,71	1112,92	80,45	78,54	846,37	239,3	12,24	0	298,43	1197,18
8	10422,42	5294,19	2219,51	92,82	65,99	1243,45	495,93	96,99	54,75	842,06	1037,15
9	16662,26	9460,28	3392,95	92,8	147,5	2051,32	762,03	9,45	0	745,92	2097,17
10	90203,11	32812,59	38077,08	1513,31	3290,78	6678,17	1363,76	251,42	65,83	6150,17	7233,72
Total	142511,21	62711,86	48118,69	1931,47	3764,57	12616,43	3760,41	515,89	238	8837,17	13503,67

Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

Outro índice que diminui para os 10% mais ricos e aumenta para os 50% mais pobres é o rebanho. Com o *boom* do açúcar em Sergipe, os grandes proprietários inverteram seus ativos econômicos, passando a investir menos em gado e muito mais na plantação de cana ou montagem de engenhos. Não por acaso, nesse grupo as cifras de produção, categoria onde estão alocadas as “fazendas de canas”, as “roças de cana”, os “pães de açúcar”, mais que decuplicam, passando de 0,36% para 3,65%. Os 50% mais pobres, sem o capital e inserção socioeconômica necessária a tais empreendimentos, ao contrário, passam a investir mais em gado, uma empresa de poucos cuidados, de retorno mais rápido e mais fácil de adentrar. Não raro, encontramos entre os inventariados a posse de ¼ dos bezerros por terceiros. Dos 39 animais cavalares possuídos pelo bem sucedido senhor de engenhos Dionísio Rodrigues Dantas, com riqueza avaliada em mais de 50 contos de réis, 26 estavam sujeitos a “metade de uma cabeça ao vaqueiro”¹⁹. Mesmo entre o rebanho de José de Souza Batista, um pequeno proprietário com riqueza avaliada em pouco mais de 750\$000, a quarta parte da produção era dada em pagamento ao vaqueiro²⁰.

A diminuição do acesso ao crédito pelos 50% mais pobres é outro sintoma dessa inversão econômica (**Tabelas 12 e 13**). De 11,27% de todas as dívidas passivas, ou seja, o crédito concedido e o oferecimento de serviços a prazo, os cinco primeiros decís passam a contar, no segundo período, com somente 9,94%. Não era possível mudar de ramo ocupacional sem financiamento. Como se adquiririam os equipamentos necessários? Já os 10% mais ricos, apesar de também sofrerem uma baixa na porcentagem de crédito abocanhado, passando de 65,63% no primeiro período para 53,57% no segundo, avultam as suas concessões de crédito, sendo responsáveis por 69,59% dos empréstimos e serviços concedidos entre 1822 e 1823.

Algo interessante é perceber que nem dinheiro nem estoque eram importantes na constituição de riqueza tanto dos 50% mais pobres, quanto dos 10% mais ricos. Entretanto, no caso da moeda corrente, constata-se um aumento das cifras para ambos os períodos nos dois grupos. As dos estoques, ao contrário, diminui em ambos os períodos para os dois grupos, ainda que continuem controlando mais de 50% de todo esse ativo. A atividade mercantil em Sergipe não era a atividade principal de nenhum dos decís (**Tabelas 10 e 11**).

¹⁹ Inventário de Dionísio Rodrigues Dantas (AGJSE, AJU/2º Ofício, cx. 2311, 1836).

²⁰ Inventário de José de Souza Batista (AGJSE, RDA/2º Ofício, cx. 4880, 1849).

Tabela 12: Porcentagem da riqueza total apropriada pelos 10% mais ricos e pelos 50% mais pobres, 1800-1822.

	Escravos	Bens de Raiz	Equipamentos	Produção	Rebanho	Bens Móveis	Dinheiro	Estoques	Dívidas Ativas	Dívidas Passivas
10% mais ricos	52,85%	79,58%	78,64%	24,66%	55,53%	46,70%	70,82%	24,12%	54,72%	65,63%
50% mais pobres	10,96%	3,64%	6,51%	8,68%	8,98%	14,86%	6,80%	29,58%	10,11%	11,27%

Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

Tabela 13: Porcentagem da riqueza total apropriada pelos 10% mais ricos e pelos 50% mais pobres, 1822-1840.

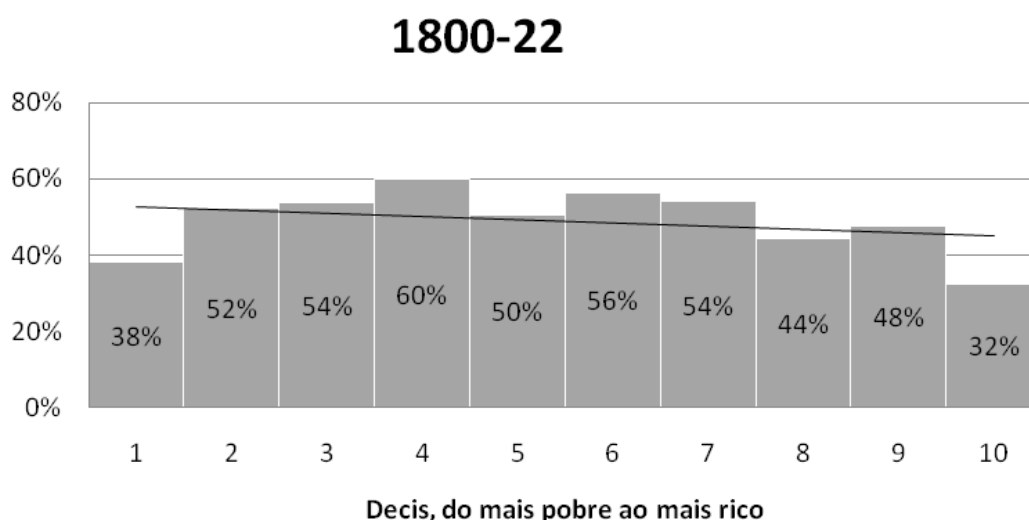
	Escravos	Bens de Raiz	Equipamentos	Produção	Rebanho	Bens Móveis	Dinheiro	Estoques	Dívidas Ativas	Dívidas Passivas
10% mais ricos	52,32%	79,13%	78,35%	87,41%	52,93%	36,27%	48,74%	27,66%	69,59%	53,57%
50% mais pobres	11,63%	4,92%	6,20%	2,57%	11,88%	19,94%	28,26%	25,97%	6,02%	9,94%

Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

Os escravos são o único item cuja diferença passa dos 20 pontos percentuais com maiores cifras entre os 50% mais pobres, 53,06% no primeiro período e 56,69% no segundo (**Gráficos 5 e 6**), sendo o bem de produção mais bem distribuído entre os diferentes grupos, como mostram as tabelas acima. Segundo Zephyr Frank, o escravo era o item de riqueza mais barato, acessível e rentável no Brasil da primeira metade do século XIX. A taxa de retorno de um mancipio adulto poderia chegar a 20% de seu preço inicial por ano, alcançando a transferência de riqueza ao longo de sua vida algo em torno de 200% (2012, p.118). Isso fez com que a posse escrava se disseminasse por inúmeras atividades, regiões e grupos sociais. Somente com a supressão do tráfico de escravizados no Atlântico e a inauguração de um novo sistema econômico em 1850, tal quadro alterou-se, pois o preço dos escravos disparou, ficando os mesmos acessíveis somente as camadas mais ricas da sociedade (2012, p.123). Ou seja, o período em tela é marcado por possibilidades de ascensão econômica ancorados no enriquecimento pessoal à custa do sofrimento humano provocado pela escravidão.

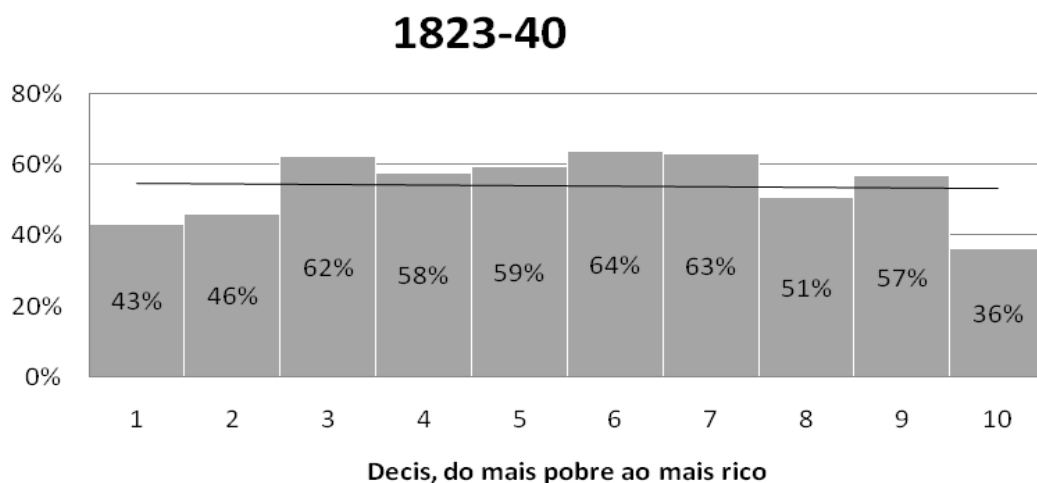
Os **Gráficos 7 e 8** apresentam a participação dos escravos dentro da riqueza de todos os decis de nossa amostra.

Gráfico 7: Participação dos escravos na riqueza total por decis, 1800-1822.



Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

Gráfico 8: Participação dos escravos na riqueza total por decis, 1822-1840.



Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

Percebe-se que em todos os grupos a posse de escravos era responsável por uma parcela considerável da riqueza, principalmente entre os grupos médios e pobres. A exiguidade de outras formas de riqueza, como bens imobiliários, e o já visto difícil acesso ao crédito, tornava-lhes o escravo “o investimento possível, acessível às suas fortunas, além de servirem a demarcação social da posição de homem livre” (OSÓRIO, 2007, p. 269). Algo curioso, é que o decil que apresenta sempre as menores cifras é o mais rico. A participação dos escravos na composição do patrimônio dos 10% mais ricos é menor, inclusive, do que na dos 10% mais pobres, onde estão alocados muitos produtores não escravistas. Se voltarmos aos **Gráficos 5 e 6** e as **Tabelas 10 e 11**, veremos que o escolar proprietário apresenta uma riqueza bem distribuída entre os diferentes ativos, característica comum entre as fortunas de maior vulto no século XIX, e que, à medida que aumentava o grau de riqueza, com base no trabalho humano forçado, abriam-se outras oportunidades de investimento (FRANK, 2012, p. 52; OSÓRIO, 2007, p. 269; MATTOSO, 1992, p. 609).

4.4. Distribuição regional da riqueza

Alocando nossos inventariados no mapa, conseguimos perceber como a riqueza estava distribuída em Sergipe. Para tal, usamos inicialmente como referência a divisão

judiciária, ou seja, a organização de territórios sob a jurisdição de uma câmara de determinada vila ou cidade, incluindo também áreas fora de seus limites urbanos estritos, o *termo da vila* ou *termo da cidade*, já que em todos os documentos essa localização deveria ser declarada.

Sergipe foi elevado à condição de comarca no fim do século XVII. Como consequência, no mesmo período, foram criadas quatro vilas e demarcadas os seus termos: *Santa Luzia*, divisando pelo lado sul com o termo de Abadia na Bahia, pelo norte com o da Cidade de São Cristóvão e pelo oeste com o de *Lagarto*, que por sua vez fazia limites ao sudoeste e noroeste com a Vila de Itapicuru, Bahia; *Itabaiana*, também adjacente à Vila de Itapicuru, porém pelo oeste, pois ao sul confrontava-se com o termo de Lagarto e ao leste com o da Cidade de São Cristóvão; e *Vila Nova*, fronteira a capitania de Pernambuco e às margens do Rio São Francisco, ficando a *Cidade de São Cristóvão* com jurisdição sobre o remanescente do território.

No entanto, a portaria do governador-geral, D. João de Alencastro, recomendava ainda que se criasse uma quinta vila na região do Porto da Cotinguiba ou Porto das Redes. Divergências a respeito de sua localização fizeram com que apenas na década de 1720 fosse oficializada a Vila de Santo Amaro das Brotas, com termo que se limitava com o de Itabaiana pelo rio Japaratuba, com o de São Cristóvão pelo rio Cotinguiba e com o de Vila Nova também pelo rio Japaratuba (FREIRE, 1906, p. 300; p. 316). Trinta anos mais tarde, as reformas pombalinas, que culminaram na extinção da escravidão indígena e expulsão dos jesuítas, transformaram a aldeia de Gerú, até então termo de Santa Luzia, em Vila do Thomar.

No século XIX, questões administrativas modificaram novamente a organização judiciária da capitania. A Vila Nova, doada a Antônio de Brito de Castro, mas incorporada aos domínios reais por não cumprimento das cláusulas para doação, fora acusada, em 1800, de não cumprir com a “boa administração da justiça” pelos moradores da Povoação de Propriá. Em representação apresentada ao ouvidor de Sergipe Del Rei, alegavam que o motivo para tal era a distância em que se encontrava àquela localidade da câmara e como solução pediam a elevação do povoado em vila. Em 1801, então, foi criada a Vila de Propriá, reduzindo-se o termo de Vila Nova e aumentando o número de vilas na capitania (FREIRE, 1906, p. 323). À época, a Povoação da Estância, apesar dos protestos dos santa-

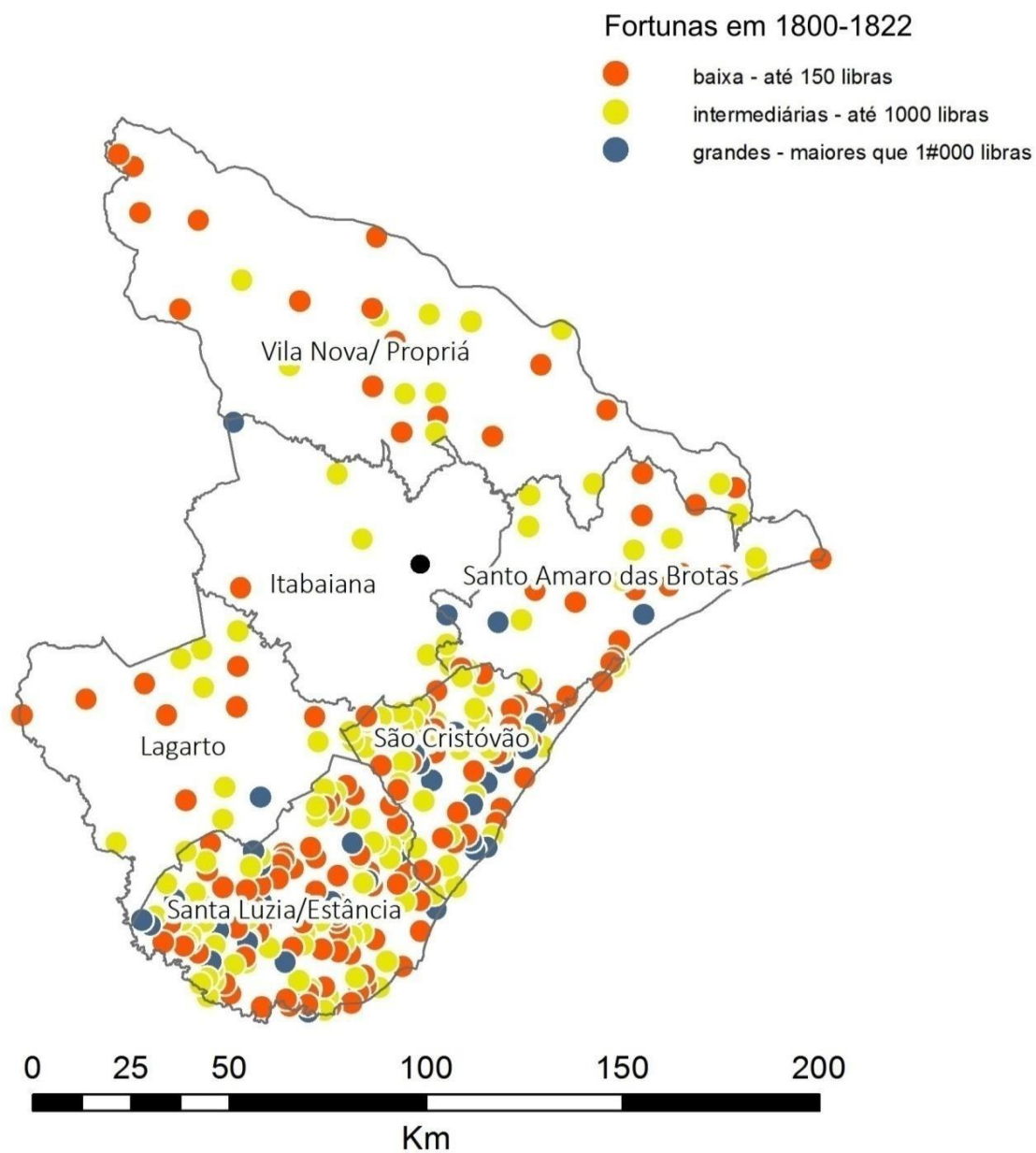
luzienses, havia se transformado na sede da Vila de Santa Luzia, em vista das vantagens de sua localização junto a um rio navegável, o Piauí, residindo nela a maior parte do oficialato administrativo (FREIRE, 2013, p. 244).

Pós Independência do Brasil e da Bahia, diversas povoações foram elevadas a condição de vila: em 1835, a de Nossa Senhora da Capela, a de Nossa Senhora dos Campos do Rio Real, a de São Pedro do Porto da Folha – chamada um ano depois de Nossa Senhora da Conceição do Porto da Folha, a de Itabaianinha e a de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba; em 1836, a de Nossa Senhora da Divina Pastora e a de Nossa Senhora do Rosário (FREIRE, 1906, pp. 356-362).

Sendo assim, em nosso recorte, a estrutura judiciária de Sergipe mostrou-se bastante irregular, devido a tais desmembramentos do território. Para melhor trato dos dados, adotou-se neste trabalho a abordagem regional sugerida por Lourival Santana Santos (2011) que agrupa os termos das vilas segundo suas semelhanças socioeconômicas e geográficas. Portanto, temos aqui seis regiões: a de São Cristóvão, centro administrativo de Sergipe Del rei, abrangendo também a Vila de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba; a de Santa Luzia/Estância que compreende a Vila de Santa Luzia, a Povoação da Estância e Vila de Itabaianinha, banhada por pelos menos 13 rios; a de Santo Amaro das Brotas, no cotinguiba, também rica em recursos hídricos e com solo massapê, aqui representada pela Vila de Santo Amaro das Brotas, Nossa Senhora da Capela, Nossa Senhora da Divina Pastora e Nossa Senhora do Rosário; Lagarto, agreste-sertão banhado pelos rios Vasa Barris e Piauí, compondo-a a própria Vila de Lagarto e a de Nossa Senhora dos Campos do Rio Real; a de Itabaiana, agreste-sertão repleto de serras; e a de Vila Nova/Propriá, região sanfranciscana, onde foram alocados os inventários do termo de Vila Nova, Propriá e Porto da Folha.

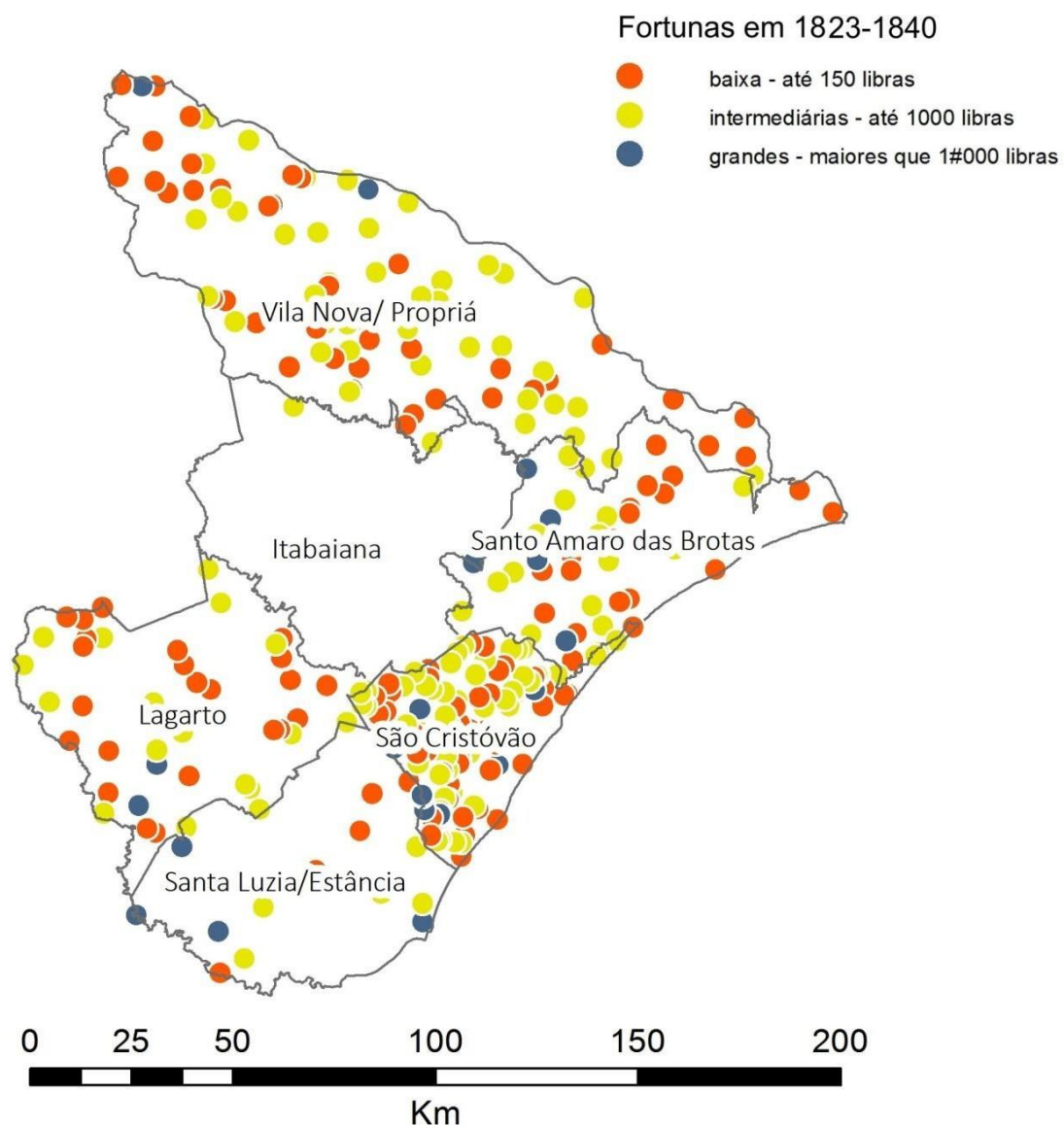
Os **Mapas 1 e 2** apresentam os resultados. No entanto, cabe salientar que a distribuição no mapa, dentro das regiões, é aleatória, a alocação em cada região é que é intencional, e que a região de Estância e Itabaiana apresentam pequenos índices no segundo período por conta da impossibilidade de coleta dos dados para tais regiões, devido ao fechamento da instituição de salvaguarda da documentação.

Mapa 1: Distribuição regional das fortunas inventariadas, 1800-1822.



Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

Mapa 2: Distribuição regional das riquezas inventariadas, 1822-1840.



Fonte: Inventários *post-mortem*, AGJSE e APES.

Percebe-se que as regiões que mais apresentam grandes fortunas são as de São Cristóvão, Santo Amaro das Brotas e Santa Luzia/Estância, locais onde estavam situados os principais engenhos de Sergipe, empresa quase sempre ligada ao escol proprietário (ALMEIDA, 1993, p. 144). No caso da Cidade de Sergipe Del Rei, residiam nesse local também os homens ligados ao sistema burocrático, outra via de enriquecimento, já que era o centro administrativo da capitania/província. No segundo período, pululam riquezas intermediárias em São Cristóvão e Santo Amaro das Brotas, esta uma área de expansão para os antigos engenhos da capital e disponível para a montagem de novos. Certamente esse crescimento é impulsionado pela oferta de serviços, que centros urbanos, ainda que modestos, demandavam, bem como pela órbita de interdependência da agroindústria açucareira. Segundo Stuart Schwartz, desde o início, a cultura da cana de açúcar no Brasil se distinguiu das suas congêneres no Novo Mundo por ter a maior parte da matéria-prima e da força de trabalho escrava controlada não pelos engenhos, mas pelos lavradores agregados a eles (1988, p. 247). O engenho da Ribeira, localizado no termo de São Cristóvão, por exemplo, era de propriedade do tenente-coronel Matias Gonçalves Pereira²¹, no entanto, outros quatro indivíduos, todos não integrantes da família nuclear do proprietário, declaram bens no local²².

Algo diferente parece ter acontecido em Santa Luzia/Estância – ao menos no primeiro período, recorte em que os dados são mais consistentes. Tal região conjugava ao cultivo da cana de açúcar, o da mandioca e o processamento de sua farinha, item que constituía o básico da dieta brasileira na primeira metade do século XIX, estando presente “tanto na mesa dos ricos, como na dos pobres, e nas cuías e baldes que os escravos usavam à falta de pratos” (BARICKMAN, 2003, p. 96). Barickman, estudando a comercialização desse produto na Bahia, observou que no final do período colonial, ele chegava a Salvador de quatro áreas principais: da Comarca de Porto Seguro, das vilas litorâneas ao sul da comarca de Ilhéus, das vilas ao sul do Recôncavo e de Sergipe. O transporte, segundo ele, era feito em saveiros, lanchas, bergantins, sumacas e chalupas que formavam uma “loja flutuante” e frequentemente vinham de longe (2003, p. 132). Não por acaso, vários

²¹ Inventário de Matias Gonçalves Pereira (AGJSE, AJU/2ºOfício, cx. 2308, 1817).

²² Inventário de Firmiano Pinto de Rezendes (AGJSE, AJU/2ºOfício, cx. 2308, 1817). Inventário de José Dias Pereira (AGJSE, AJU/2ºOfício, cx. 2308, 1814). Inventário de Matias Pinto dos Santos (AGJSE, AJU/2ºOfício, cx. 2308, 1817). Inventário de Maria Francisca dos Anjos (AGJSE, SCR/1º Ofício, cx. 17, 1815).

inventários da região de Estância e Santa Luzia, rica em caminhos fluviais, arrolavam embarcações. Dela saía uma parte considerável dessa produção. O autor cita, inclusive, uma série de correspondências das autoridades do período reclamando das dificuldades enfrentadas pelo plantio da mandioca ao norte do Rio Real. Em 1817, por exemplo, elas denunciavam que se achavam “esgotadas as reservas de farinha na vila produtora de mandioca de Estância” (2003, p. 146). No entanto, o plantio de mandioca e a venda de sua farinha era um empreendimento com graus de lucro muito baixos, não capazes de angariar grandes fortunas. Por isso, em Santa Luzia/Estância encontramos tantas pequenas fortunas. Mas o que possibilitaria a existência de um número tão expressivo de médias riquezas? Segundo, Sheyla Farias a Povoação da Estância era uma praça comercial de importância considerável nos circuitos mercantis do nordeste, o que acabava por demandar uma série de serviços, gerando assim uma camada média de proprietários (2005).

Outra região que por conta das atividades produtivas disponíveis não oferecia grandes possibilidades de riqueza é a de Vila Nova/Propriá. No primeiro período, não há ao menos uma grande fortuna no local. As terras sanfranciscanas eram pouco cultiváveis por conta do clima semi-árido, servindo somente à criação de gado, empresa que, como já vimos, era mais fácil de adentrar que a agroindústria açucareira, mas que para gerar fortuna era igualmente necessário uma grande quantidade de capital inicial, bem como a inserção nos circuitos mercantis. No Rio Grande do Sul, o escol proprietário era de criadores de gado, os chamados estancieiros e charqueadores, no entanto a riqueza média era de 2000 libras e o número de cabeças de gado sempre superior a 100 (OSÓRIO, 2007, pp. 105-116). As regiões de Itabaiana e Lagarto apresentam a melhor distribuição em relação ao patamar das fortunas. Ambas, têm em comum o fato de terem uma economia bastante diversificada, sendo encontrados nos seus termos produtores de gêneros alimentícios, criadores de gado, senhores de engenho, lavradores de cana, etc. Outro ponto em comum, é o afastamento em relação aos circuitos fluviais da capitania/província, por onde se fazia o comércio.

5. Conclusões

O sistema produtivo revelado pelos inventários abertos em Sergipe de 1800 a 1840, embora agropastoril em ambos os períodos, estava no início do século XIX sendo reorientado da criação de gado para o cultivo da cana e montagens de engenhos, gerando uma dinamicidade econômica que abriu possibilidades de ascensão social a diversos grupos, principalmente os mais pobres e remediados, sendo tal elevação ancorada principalmente no apossamento de terras e na exploração da mão de obra cativa. Assim, temos nas primeiras décadas do Império Brasileiro uma sociedade menos desigual que a de fins do período colonial, mas que experienciava essa equidade com base no sofrimento humano causado pela escravização.

6. Perspectivas

Tendo em vista que o presente trabalho dá conta apenas dos dois primeiros períodos de interesse do projeto, espera-se que a coleta e tabulação de dados possam ser realizadas para os demais quartéis do século XIX, obtendo-se, assim, um panorama completo do devir econômico de Sergipe.

7. Referências

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Nordeste açucareiro (1840-1875): desafios num processo do vir-a-ser capitalista**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, SEPLAN, 1993.

_____. **As atividades produtivas**. In: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. (Coord.). Textos para a História de Sergipe. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

ANTÔNIO, Edna Maria Matos. **“A independência do solo que habitamos”:** poder, autonomia e cultura política na construção do Império Brasileiro. Sergipe (1750-1831). Tese (Doutorado em História). Franca: UNESP, 2011.

BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Centro e periferia: pacto e negociação política na administração do Brasil colonial. Leituras Brasil-Portugal. Lisboa: **Revista da Biblioteca Nacional**, n. 6, 17-39, 2000.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SILVA, Sheyla Farias. **Homens de negócio na Estância oitocentista (1820-1888)**. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: FAFICH/UFBA, 2005.

FRAGOSO, João L. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRANK, Zephyr L. **Entre ricos e pobres: o mundo de Antônio José Dutra no Rio de Janeiro oitocentista**. São Paulo: Annablume, 2012.

FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. **História de Sergipe**. São Cristóvão, Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

_____. **História Territorial do Brasil (Bahia, Sergipe e Espírito Santo)**. v. 01. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues & C, 1906.

LAPA, José Roberto do Amaral; SZMRECSÁNYI, Tamás. (Org). **História Econômica da Independência e do Império**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial 2002.

MACIEL, Carlos Roberto Santos. **A composição da riqueza em Boquim e Lagarto/SE (1850-1888)**. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: FAFICH/UFBA, 2014.

MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. O patrimônio dos mineiros depois do século do ouro: composição e dinâmica da riqueza na Freguesia de São José do Rio das Mortes – passagem do século XVIII para o XIX. In: ÁLVARO, Bruno Gonçalves; SÁ, Antônio Fernando de Araújo. **Cultura, memória e poder: história e historiografia**. Recife: Editora UFPE, 2016, pp. 119-144.

_____. **Remediados senhores:** pequenos escravistas na freguesia de São José do Rio das Mortes, c. 1790- c. 1844. Tese (Doutorado em História). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2014.

MATTOSO, Katia de Queirós. **Bahia, século XIX. Uma província no Império.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. 17 MOTA, Márcia Maria Menendes. Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteira do poder:** conflito e direito a terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1998.

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América:** estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PEDROZA, Manoela. **Engenhocas da moral:** redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro, século XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

SANTOS, Anderson Pereira. Os **afortunados do ultramar:** riqueza e distinção na Cidade de Sergipe Del Rei (1750-1808). Tese (Doutorado em História). Salvador: FAFICH/UFBA, 2017.

SANTOS, Lourival Santana. **A produção do espaço agrário sergipano:** estruturação e arranjos (1850-1925). São Cristóvão: UFS, 2011.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos:** engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Sheyla Farias. **Homens de negócio na Estância oitocentista** (1820-1888). Dissertação (Mestrado em História). Salvador: FAFICH/UFBA, 2005.

SUBRINHO, Josué Modesto Passos. **Reordenamento do trabalho:** trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro, Sergipe, 1850-1930. Aracaju: Funcaju, 2000.

SOARES, Luiz Carlos. **O “Povo de Cam” na capital do Brasil:** a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: FAPERJ - 7Letras, 2007.

8. Outras atividades

– Apresentação de comunicação oral no **I Encontro de História: história e diversidades**, promovido pela Universidade do Estado da Bahia, de 25 a 28 de setembro, com resumo publicado no caderno de programação, disponível em <<https://portal.uneb.br/noticias/wp-content/uploads/sites/2/2017/09/caderno-de-resumo-Hist%C3%B3ria-I-encontro.pdf>> e anais por publicar.

– Apresentação de comunicação oral no **27º Encontro de Iniciação Científica da Universidade Federal de Sergipe**, ocorrido de 20 a 24 de novembro, com publicação de resumo na Revista Interdisciplinar de Pesquisa e Inovação, disponível em <<https://seer.ufs.br/index.php/revipi/issue/view/611>> , e condecoração em 1º lugar na categoria com o Prêmio Destaque.

– Participação como ouvinte no minicurso **Gerenciamento de Referências Bibliográficas**, promovido pela Coordenação de Pesquisa da UFS, no dia 22 de novembro de 2017.

– Apresentação de comunicação oral no **II Seminário Internacional Intercâmbios Historiográficos**, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFS, de 12 a 15 de dezembro de 2017, com resumo publicado no caderno de programação e anais por publicar.

– Participação como ouvinte no **II Fórum de História, Educação e Sociedade**, promovido pelo Departamento de História da UFS, no dia 02 de dezembro de 2017.

– Participação como ouvinte no **Ciclo de Estudos Segunda Escravidão no Mundo Atlântico**, promovido pelo Departamento de História da UFS, com 8 coordenação do Prof. Dr. Carlos Malaquias, entre 12 de janeiro e 9 de fevereiro.

– Apresentação de comunicação oral do **VII Encontro de Pesquisa Histórica da UFMG**, realizado pela graduação e pós-graduação em História da mesma universidade, entre 7 e 11 de maio, com resumo publicado no livro de resumos e anais por publicar.

– Submissão e aceite para apresentação de pôster na **70ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**, a ser realizada entre 22 e 28 de julho, na Universidade Federal de Alagoas.